tidade, serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone;

- b) Categoria, natureza do vínculo e indicação da escola a que pertence.

5 — A carta com o pedido de inscrição deverá ser acompanhada de:

5.1 — Declaração emitida pelo superior hierárquico, que descreva com pormenor o tipo e a qualidade do desempenho profissional no período referido no n.º 3.

5.2 — *Curriculum vitae* pormenorizado, devidamente datado e assinado, do qual constem, em especial, os seguintes elementos:

- a) Habilitação académica (licenciatura ou equivalente) para o exercício de funções docentes no 1.º ciclo do ensino básico, com indicação da respectiva classificação;
- b) Experiência profissional, com indicação:
- Do tempo de serviço prestado na função pública;
 - Do tempo de serviço efectivamente prestado na carreira docente, ano a ano, e dos respectivos locais;
 - De funções e ou cargos exercidos no âmbito da educação, com interesse para o posto para que se inscreve;
- c) Formação profissional e aperfeiçoamento profissional, bem como eventual habilitação ou aptidão especial nas áreas da música, educação plástica e ou educação física;
- d) Conhecimentos na óptica do utilizador (Windows e Office);
- e) Línguas estrangeiras que fala e escreve e grau de consecução em cada uma delas, em especial na língua francesa;
- f) Quaisquer outros elementos considerados relevantes para o desempenho de funções docentes na Escola Europeia.

6 — A carta com o pedido de inscrição, acompanhada da demais documentação, deverá ser entregue pessoalmente ou remetida pelo correio, com aviso de recepção, para a seguinte morada — Inspeção-Geral da Educação — Inscrição para as Escolas Europeias — Ensino primário — Avenida de 24 de Julho, 136, 3.º, 1350-346 Lisboa.

7 — Aos interessados poderá ser exigida comprovação dos elementos referidos nos n.ºs 3, 4 e 5.

8 — Os inspectores da Inspeção-Geral da Educação em funções junto das escolas europeias, após uma análise da documentação enviada, procederão à selecção de, no máximo, 10 das inscrições, tendo em conta a posse dos requisitos mais adequados ao exercício da docência na Escola Europeia, com vista à participação numa entrevista.

9 — Na entrevista serão sobretudo apreciados os conhecimentos pedagógico-didáticos, a experiência profissional e a aptidão profissional para o desempenho de funções na Escola Europeia de Luxemburgo I, bem como o conhecimento da língua francesa oral.

10 — Com o objectivo de se proceder à elaboração da proposta de destacamento para o preenchimento do posto em causa, será elaborada uma lista ordenada dos professores que participaram na entrevista.

11 — A mencionada lista é válida para eventuais vagas que possam vir a ocorrer no ano lectivo de 2006-2007.

12 — Da selecção mencionada no n.º 8 e da lista ordenada mencionada no n.º 10 não cabe recurso hierárquico.

2 de Fevereiro de 2006. — A Inspectora-Geral, *Conceição Castro Ramos*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4372/2006 (2.ª série). — Considerando o resultado das eleições ocorridas no passado dia 9 de Maio de 2005 para o cargo de presidente do Instituto Politécnico de Coimbra;

Considerando que, nos termos das disposições conjugadas do n.º 9 do artigo 8.º do Despacho Normativo n.º 85/95, de 28 de Dezembro, do n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, compete ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior homologar as eleições para o cargo de presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, uma vez verificada a legalidade das mesmas;

Considerando que, pelo meu despacho de 10 de Outubro de 2005, determinei a realização de audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, comunicando o sentido provável da decisão de não homologação da eleição;

Ponderados os argumentos apresentados em sede de audiência dos interessados pelos diversos candidatos, bem como os esclarecimentos

prestados sobre o decorrer do processo eleitoral, e atenta a fundamentação constante da informação n.º 2005/894/DSJ, de 29 de Dezembro, da Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que aqui se dá por integralmente reproduzida;

Decido homologar a eleição para o cargo de presidente do Instituto Politécnico de Coimbra do Prof. Doutor José Manuel Torres Farinha.

28 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Despacho n.º 4373/2006 (2.ª série). — Tendo o colégio eleitoral da Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil, reunido no dia 28 de Novembro de 2005, procedido à eleição da professora-adjunta Helena Maria Leite Matos Silva Gil Moreira para o cargo de presidente do conselho directivo da Escola;

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 18.º do Despacho Normativo n.º 18/99, de 10 de Abril, conjugado com a alínea n) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, compete ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior homologar as eleições para o cargo de presidente do conselho directivo da Escola, uma vez verificada a legalidade das mesmas;

Considerando que, face ao teor da acta da referida assembleia, estão satisfeitos os requisitos previstos na lei e nos Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil para a referida homologação;

Ao abrigo do n.º 14 do artigo 18.º do Despacho Normativo n.º 18/99, de 10 de Abril, homologo a eleição para presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil da professora-adjunta Helena Maria Leite Matos Silva Gil Moreira.

28 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Despacho n.º 4374/2006 (2.ª série). — Sob proposta do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior;

Considerando o disposto na alínea b) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho;

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro (Lei da Avaliação do Ensino Superior), alterada pela Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro (Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior);

Homologo a composição das comissões de peritos para a avaliação externa referente ao ano lectivo de 2004-2005 dos cursos de ensino superior politécnico da área das tecnologias da saúde, constituídas por:

1 — Comissão I:

Madalena Ramos Lopes Gomes da Silva, professora-coordenadora da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, que preside.

1.1 — Subcomissão de análises clínicas e de saúde pública:

Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas, professora-adjunta da Escola Superior de Saúde de Faro da Universidade do Algarve.
 Maria Emília Costa Maia Serrano Abelha, professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.
 Maria Manuela Amorim Silva e Sousa, professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.

1.2 — Subcomissão de cardiopneumologia:

António Fernandes Ribeiro Braga, professor catedrático jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
 Ana Cristina Baeta Serra Campos Silva, professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.
 Jorge Manuel dos Santos Conde, professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.
 Maria Hermínia Monteiro Brites Dias, professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.

1.3 — Subcomissão de fisioterapia I:

Joaquim Augusto da Silva Sérgio, professor-coordenador da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.
 Maria Teresa Pena Escudeiro Oliveira Bastos, professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.
 Rui Manuel Tomé Torres, professor-adjunto do Instituto Politécnico de Saúde do Norte.

1.4 — Subcomissão de fisioterapia II:

Madalena Ramos Lopes Gomes da Silva, professora-coordenadora da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal.
 António Manuel Fernandes Lopes, equiparado a professor-coordenador da Escola Superior de Saúde do Alcoitão.
 Rui Miguel Monteiro Soles Gonçalves, professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

1.5 — Subcomissão de radiologia:

Carlos Alberto da Silva, professor auxiliar da Universidade de Évora.
Luís Jorge Oliveira Carrasco Lança, professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.
Maria Luísa Gomes Pinto Nogueira, professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.
Francisco José da Silva Cabrita Grade, professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

1.6 — Subcomissão de radioterapia:

Manuel Rubim Silva Santos, professor-coordenador da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.
Maria do Carmo Carrilho Calado Antunes Lopes, professora do Centro Regional de Oncologia de Coimbra, S. A., do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil.
Sandra Cristina Polainas Ferreira, professora da Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches.

2 — Comissão II:

Eduardo Luís Bliebernicht Ducla Soares, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que preside.

2.1 — Subcomissão de farmácia:

Sílvia Maria Viegas Fernandes, professora da Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Vila Nova de Gaia.
Catarina Cabral Marques Fernandes Pecorelli, professora auxiliar da Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches.
Pedro de Pina Catarino Pires, professor-adjunto do Instituto Politécnico de Saúde do Norte.

2.2 — Subcomissão de terapia da fala:

Isabel Maria Rodrigues de Amaral Oliveira, professora-coordenadora da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal.
Maria Emília Pinto dos Santos, professora-coordenadora da Escola Superior de Saúde do Alcoitão.
Ana Paula de Brito Garcia Mendes, equiparada a professora-adjunta da Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro.

2.3 — Subcomissão de terapia ocupacional:

Mário Miguel Machado Osório Gonçalves, professor associado da Universidade do Minho.
Maria Manuela Carvalho Pereira Alves Ferreira, professora-coordenadora da Escola Superior de Saúde do Alcoitão.
Joaquim Manuel Ventura Faias, professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.

2.4 — Subcomissão de higiene e saúde ambiental:

João Manuel Gomes de Sousa, professor associado da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.
Carlos José Pereira da Silva Santos, professor associado da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.
Luís Carlos Moutinho da Silva, professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências da Saúde — Norte.

2.5 — Subcomissão de medicina nuclear:

Eduardo Luís Bliebernicht Ducla Soares, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
Pedro Miguel Dinis de Almeida, professor auxiliar da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

2.6 — Subcomissão de podologia:

Enrique Giralt de Vecianna, professor titular da Escola Universitária de Podologia da Universidade de Barcelona.
Virgínia Nobel Marti, professora titular da Escola Universitária de Enfermagem da Universidade de Barcelona.

2.7 — Subcomissão de prótese dentária:

Jorge Galvão Martins Leitão, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa.
Américo dos Santos Afonso, professor associado da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto.
António Augusto Faria Gomes, director do Serviço de Estomatologia do Hospital Distrital de Aveiro.

5 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Despacho n.º 4375/2006 (2.ª série). — Considerando a solicitação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo no sentido de nela ser autorizado o funcionamento do curso de especialização tecnológica em Gestão da Qualidade na sua Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença;

Considerando o disposto na Portaria n.º 989/99, de 3 de Novembro, alterada pelas Portarias n.ºs 698/2001, de 11 de Julho, e 392/2002, de 12 de Abril;

Considerando o disposto no despacho conjunto n.º 45/2002 (2.ª série), de 16 de Janeiro, que criou o curso de especialização tecnológica em Gestão da Qualidade;

Ouvidos os Ministros da Economia e da Inovação e do Trabalho e da Solidariedade Social nos termos do disposto no n.º 2 do n.º 5.º da Portaria n.º 989/99;

Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do n.º 5.º da Portaria n.º 989/99;

Determino:

1.º

Autorização de funcionamento

1 — É concedida à Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença do Instituto Politécnico de Viana do Castelo autorização de funcionamento de uma turma com 15 alunos, em regime diurno, do curso de especialização tecnológica em Gestão da Qualidade, criado pelo despacho conjunto n.º 45/2002, de 16 de Janeiro, adiante designado por curso.

2 — A autorização de funcionamento é válida para dois ciclos de formação.

2.º

Normas aplicáveis

O funcionamento do curso é regulado pelas disposições conjugadas da Portaria n.º 989/99, de 3 de Novembro, alterada pelas Portarias n.ºs 698/2001, de 11 de Julho, e 392/2002, de 12 de Abril, e do despacho conjunto n.º 45/2002.

3.º

Acesso

Podem candidatar-se à matrícula e inscrição no curso todos os que preencham os requisitos constantes do n.º 3.º da Portaria n.º 989/99, conjugado com os n.ºs 4 e 5 do despacho conjunto n.º 45/2002.

4.º

Ingresso no ensino superior

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do n.º 5.º e do n.º 3 do n.º 9.º da Portaria n.º 989/99, os titulares do diploma de especialização tecnológica em Gestão da Qualidade atribuído pela Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença do Instituto Politécnico de Viana do Castelo podem concorrer à matrícula e inscrição no curso de licenciatura constante do anexo ao presente despacho, ao abrigo do disposto no artigo 3.º-A do Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior, aprovado pela Portaria n.º 854-A/99, de 12 de Abril, alterada pelas Portarias n.º 1081/2001, de 5 de Setembro, e 393/2002, de 12 de Abril.

5.º

Dispensa de frequência de unidades curriculares

Os titulares do diploma de especialização tecnológica em Gestão da Qualidade, que sejam admitidos à matrícula e inscrição no curso a que se refere o número anterior, são dispensados da frequência de um conjunto de unidades curriculares constantes do anexo ao presente despacho.

6.º

Caducidade da autorização de funcionamento

A autorização de funcionamento conferida pelo presente despacho caduca caso o curso não inicie o seu funcionamento efectivo no prazo de um ano a contar da data da sua publicação.

7.º

Renovação da autorização de funcionamento

1 — A renovação da autorização de funcionamento pode ser requerida até 90 dias antes do fim do 2.º ciclo de formação autorizado.

2 — Do pedido de renovação da autorização de funcionamento devem constar:

- a) A comprovação, através de avaliação externa, da necessidade formativa;
- b) A declaração, sob compromisso de honra, da continuidade da satisfação dos pressupostos, designadamente em termos de recursos e de protocolos, que fundamentaram a presente autorização.

5 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.